

COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar



FIERGS CIERGS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Aprovado projeto que altera alíquotas da Previdência do RS

A Assembleia Legislativa aprovou, nesta quarta-feira (18), a primeira proposição constante do conjunto de projetos do Executivo, intitulado Reforma RS, destinado a alterar regramentos do quadro funcional e do sistema previdenciário estadual. Por 38 votos a favor, 15 contrários e uma abstenção, os deputados aprovaram o Projeto de Lei Complementar 503/2019, que altera as alíquotas da previdência para servidores civis ativos e inativos, além de pensionistas.

A votação do PLC, depois mais de seis horas de discussão, foi resultado de intensa negociação do governo com a base aliada, por meio de sua liderança na Assembleia Legislativa. Desde a apresentação das propostas do Reforma RS, os deputados apoiadores do Governo Leite vêm manifestando contrariedade a várias mudanças. O maior descontentamento é com o PL que muda o plano de carreira do magistério, motivo de forte pressão da categoria sobre os parlamentares, assim como os PLs que terminam com vantagens funcionais para o funcionalismo em geral.

O PLC altera normas para a concessão e para o cálculo da aposentadoria, assim como para a anuidade de pensão por morte aos dependentes do servidor. Foram apresentadas 24 emendas, mas apenas uma foi votada, a de número 10. Isto porque foi apresentado pelo líder do Governo, deputado Frederico Antunes (PP), requerimento de preferência para a apreciação apenas da emenda e do texto do PLC.

STF - A emenda 10 também resultou de negociação ocorrida durante toda a manhã de terça-feira e ser apreciada na sessão plenária à tarde, mas concessão de liminar impetrada a pedido da deputada Luciana Genro (PSOL) impediu a realização da sessão plenária. Cessada a pendência judicial, depois de cassada a liminar pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em resposta ao recurso encaminhado pela Procuradoria Geral do Estado ao Supremo Tribunal, também motivo de polêmica intensa no plenário da AL.

As novas alíquotas passam a ser as seguintes:

Até 998,00 – 7,5%

De R\$ 998,00 a R\$ 2 mil – 9%

De R\$ 2 mil a R\$ 3 mil – 1 2%

De R\$ 3 mil a R\$ 5.839 – 14%

De R\$ 5.839 a 10 mil – 14,5%

De 10 mil a R\$ 20 mil – 16,5%

De R\$ 20 mil a R\$ 39 mil – 19%

Acima de R\$ 39 mil – 22%

O Reforma RS foi apoiado pela FIERGS, por meio de ofício encaminhado aos parlamentares e manifestações públicas da Presidência da entidade. Os demais projetos tendem a ser votados em convocação extraordinária no final de janeiro, pouco antes da posse da nova Mesa Diretora.

→ [Planilha de votação do PLC 503/2019 e da emenda 10](#)

Fonte: Assembleia Legislativa